GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 182ª REUNIÃO

Às dez horas do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e três, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 5º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 182ª Reunião do Conselho Superior do Fecam. Estavam presentes o Sr. Filipe Alves da Silva Mendes Subsecretário Executivo da Seas interino, o Conselheiro titular da Seplag Raphael Gonçalves de Carvalho, a Conselheira suplente da Firjan Andréa Lopes, o Conselheiro suplente da Secid Edimilson da Silva Barbosa, o Conselheiro titular da Setram João Carlos Grilo Carletti, O Conselheiro titular da Casa Civil Marco Antônio Simões da Casa. Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Letícia Alves dos Santos, Superintendente da Supfip/Seas, as Sras. Kamylla Ribeiro Coordenadora do Fecam, Eliana Cardoso de Almeida e o Srs. José Luis Filho e Filipe Filgueiras, todos da Coofecam/Supfip/Seas, e ainda, a Conselheira suplente do Inea Deise de Oliveira Delfino, o Sr. Fábio Oliveira da Silva Gerente de Projetos de Engenharia da Dirram/Inea, o Sr. Ricardo Oliveira da Subinfra/Seas, a Sra. Cinthia Avellar da Dirseq/Inea, a Sra. Patrícia Guerra da Dirram/Inea, A Sra. Julia Bochner Diretora da Dirbape/Inea, a Sra. Vanessa Flores da Dirram. O Sr. André Leoni da Suprh/Subrhisa/Seas e o Sr. Binho Guimarães representante da Prefeitura de Niterói. O Sr. Filipe inicia a reunião cumprimentando os novos Conselheiros e a todos os presentes, se apresentando para aqueles que não o conhecem, Diretor da Diraf/Seas e no momento representando o Secretário em exercício o Sr. José Ricardo que não pode participar desta reunião e aproveitando para congratular os novos representantes deste Conselho, informando que a nova composição do Conselho não representa só o Governo, mas uma resposta da sociedade que demonstra confiança neste Governo e no Fecam, e deixar registrado a ajuda que tem sido dada através do Ministério Público e da Apedema que entregou este Conselho por muito tempo e que continua junto com este Conselho não deliberando, mas com a grande missão no acompanhamento e na fiscalização dos projetos do Estado na área do meio ambiente. Em prosseguimento, passando para o **item 2 da pauta** – **Deliberação das atas 180ª e 181ª Reunião do Conselho Superior do Fecam**, abrindo para discussão aos Conselheiros e não havendo manifestação abre para votação por parte dos Conselheiros, considerando, então, as citadas atas aprovadas. Continuando, passa para o **Item 3 – Deliberação de novos projetos: 3.1. Proponente: DIRBAPE/INEA – Projeto "Programa Estadual de Fortalecimento das Ações de Conservação da Biodiversidade Fluminense" – Valor: R$ 277.507.518,17 – Prazo: 48 meses – Processo: SEI-07008729/1/2023.** O Sr. Filipe passa a palavra para a Dirbape para a apresentação. A Sra. Julia Bochner se apresenta como servidora de carreira do Inea a 14 anos, é engenheira florestal e no momento está a frente da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do Inea. Prosseguindo, cumprimenta a todos, informando que irá fazer alguns destaques, como a importância deste Projeto para a implementação da Política de Conservação do ERJ. O Projeto reúne as principais demandas relacionadas a proteção, conservação da biodiversidade fluminense. É um projeto estruturante composto de 14 subprojetos que deixarão um marco e um legado na política de conservação da biodiversidade fluminense. Este projeto foi construído por diversas mãos e fez questão de trazer para esta reunião a equipe da Dirbape, porque este projeto foi construído em conjunto com todas as gerências da Dirbape que ficará à disposição para qualquer esclarecimento que se seja necessário. Continua explicando que o projeto é abrangente, de longo prazo, previsto para quatro anos, com pontos centrais voltados para a conservação da biodiversidade no ERJ e que está combinando com diversos projetos e intitulando como Programa Estadual de Fortalecimento das Ações de Conservação da Biodiversidade Fluminense – Programa "Conservar Mais". O objetivo geral do Programa e potencializar e ampliar as ações desenvolvidas pelo Inea voltadas para a conservação da biodiversidade do Estado, visando garantir o bem-estar e desenvolvimento humano e promover a sustentabilidade socioambiental, por meio da valorização, preservação e restauração do patrimônio ambiental e os recursos naturais fluminenses. Este projeto engloba três grandes objetivos específicos, estruturados em

três grandes eixos de atuação, que refletem as demandas desses eixos que são: a ampliação da cobertura vegetal do ERJ por meio do fortalecimento das ações de monitoramento e acompanhamento dos projetos de restauração florestal e o aprimoramento de toda a cadeia de produção de sementes e mudas de espécies nativas na Mata Atlântica; ampliação da área protegida, através do incremento tanto da criação de novas áreas protegidas como do aumento da eficiência de gestão das Unidades de Conservação Estaduais com foco nas ações de uso público nas áreas protegidas; e o terceiro objetivo é voltado para a conservação da fauna silvestre do Estado, por meio de ações de reabilitação, reintrodução e monitoramento de fauna. Então, continua, o programa foi estruturado em três grandes eixos de atuação, que é o eixo de Restauração Florestal, Ampliação e Gestão de Áreas Protegidas e Conservação da Fauna. O primeiro eixo é composto de dois subprojetos, o primeiro é o de restauração em foco do plantio à floresta, com o fortalecimento das ações de monitoramento dos projetos de restauração para que os plantios virem à floresta do futuro; e o segundo projeto é semeando o futuro: produção de sementes e mudas, que é o fortalecimento dessa cadeia da restauração. O detalhamento do primeiro subprojeto, o objetivo principal é apoiar as atividades de monitoramento dos projetos de restauração em curso no Estado, e hoje já tem um protocolo estabelecido em relação ao acompanhamento e monitoramento dos projetos de restauração, em que a Resolução Inea 143 traz uma metodologia padrão desse monitoramento desses projetos e a ideia é contratar um serviço de apoio para rodar esse protocolo nos projetos de restauração para posterior validação pelo Inea; hoje tem 5.000 ha em curso de projetos de restauração em todo o Estado e um quantitativo estimado de 1.500 ha a iniciar de restauração. Este projeto prevê o desenvolvimento de ferramentas e soluções tecnológicas que auxiliem o monitoramento em larga escala desses plantios. Porque com a implementação do cadastro ambiental rural vai ter uma demanda gigantesca para o acompanhamento dos projetos de adequação ambiental dos imóveis rurais, porque se tem hoje uma estimativa cadastrada no sistema do CAR de cerca de 300 mil ha de áreas a serem recuperadas, patrimônio ambiental, uma parcela importante do território fluminense, que serão acompanhados. Então é necessário desenvolver ferramentas que possibilitem que se faça esse monitoramento de maneira remota, porque é impossível acompanhar in loco esses projetos. Então é importante desenvolver essas soluções tecnológicas. Este projeto prevê ainda um desenvolvimento de um sistema de gestão dos projetos, cerca de 60 mil propriedades rural, que estarão fazendo os seus TRAs, tendo que ter um sistema que vai auxiliar na gestão de todo esses projetos de restauração. E por fim este projeto prevê a revisão e proposição de melhorias no arcabouço normativo estadual voltado à restauração florestal. No segundo subprojeto no eixo de restauração florestal tem como principal objetivo fortalecer as ações de produção de sementes e mudas que são os insumos principais para alavancar a restauração florestal do Estado, tendo como principal objetivo trazer uma estruturação dos hortos florestais e dos bancos de sementes florestais do Estado, com foco na produção de espécies nativas da Mata Atlântica e mais do que isso o foco na produção dessas espécies ameaçadas, endêmicas, que hoje se tem uma lacuna muito grande para encontrar essas espécies nos hortos privados, porque são espécies que demandam um manejo um pouco mais demorado, com uma curva de crescimento mais demorado. Então o papel dos hortos do Estado vem complementar essa produção dos hortos privados para abastecer os projetos de restauração almejados para os próximos anos no ERJ. E este projeto visa, ainda, não só a produção de sementes e mudas, mas a questão do rastreamento da qualidade genética dessas mudas que estão sendo produzidas. E está previsto no âmbito deste projeto fazer a retomada das atividades do banco estadual de sementes florestais que fica em Santa Maria Madalena, onde se fará todo um círculo de coleta, marcação de matrizes dentro das Unidades de Conservação, e coleta de sementes que vão ser direcionadas para esse banco de sementes, onde serão feitos uma série analise laboratoriais e pesquisas de teste de germinação, de pureza, para garantir uma qualidade genética para as mudas que serão produzidas nos hortos do Estado. As mudas produzidas nos hortos vão abastecer cerca

de 40% da produção para doação para o plantio dos voluntários que hoje já tem grande parcela da produção que é voltada para doação de mudas e os projetos voluntários dos municípios e restante para abastecer os projetos de restauração induzidos pelo ERJ, seja através do Programa Floresta do Amanhã, seja também para apoiar os pequenos produtores rurais para implementação dos TRAs nas suas propriedades, uma vez que o Código Florestal já trás o papel do poder público em apoiar os pequenos proprietários na recuperação dos seus passivos, então grande parte da produção vai ser voltada para os pequenos proprietários rurais. E está previsto no âmbito deste projeto o desenvolvimento de um sistema de controle e gerenciamento dessa produção. A ideia é poder fazer um planejamento das restaurações no Estado e por fim elaborar um modelo de sustentabilidade econômica dos hortos garantindo a perenidade das ações de produção de sementes e mudas no Estado. O segundo eixo de ampliação e gestão de áreas protegidas é composto de sete subprojetos: O primeiro a Conservação que tem como principal objetivo a ampliação das áreas protegidas na criação de novas unidades de conservação; o segundo subprojeto é voltado para o Fortalecimento da Gestão Participativa que são os Conselhos Gestores das Unidades. O terceiro subprojeto é voltado para o Fortalecimento do Uso Público nas Unidades de Conservação, uma vez que a visitação é um importante instrumento de gestão e conservação das áreas protegidas. O quarto é voltado para o Fortalecimento das Ações e Atividades Operacionais das UCs. Os outros três projetos que compõem esse eixo de atuação é o projeto de Gerações Futuras que tem como principal objetivo o desenvolvimento de atividades de educação ambiental com foco em crianças e adolescentes. O projeto de estímulo à pesquisa científica que é o “Estimula Conhecimento e Redescobrindo nossas UCs”. E por fim o último subprojeto dentro desse eixo é o projeto de Modelagem de Serviços Ecossistêmicos nas UCs, que tem como principal objetivo a valorização em relação a todos os serviços ambientais ecossistêmicos prestados pelas Unidades. Então o primeiro subprojeto dentro desse eixo, continua a Diretora, é o projeto de Conservação e o principal objetivo é a ampliação da área protegida com criação de novas unidades de conservação, que previa a elaboração de diagnóstico e estudos técnicos que venham a subsidiar a criação de novas Unidades de Conservação e a elaboração de estudos técnicos para poder avançar na questão na alteração e adequação de limites e recategorização de unidades de conservação já existentes. É uma demanda grande no âmbito das unidades de conservação já instituídas no Estado, em função da dinâmica territorial que estas unidades de conservação estão inseridas e prevê, ainda, um serviço de suporte e apoio na elaboração de planos de manejo que constitui no principal instrumento norteador de gestão das unidades de conservação. Então tem uma meta até o final desta gestão, diz a Diretora, de elaborar e fazer a revisão de pelo menos 18 planos de manejo. O segundo subprojeto é o Fortalecimento da Gestão Participativa e hoje quase todas as unidades de conservação já com seus conselhos gestores constituídos, e ainda com 3 ou 4 Unidades pendentes de constituição de conselho, e a meta é que ao final de 2024 já ter 100% das Unidades constituídas. E com relação a gestão participativa a maior demanda hoje é a capacitação desses conselhos, para que os conselheiros possam entender de fato o seu papel e a importância da sociedade civil na gestão da unidade de conservação. O projeto tem esse foco que é mobilização desses atores locais para que possam fazer parte desses conselhos gestores das unidades. Uma segunda etapa de capacitação desses conselheiros e também das equipes das unidades para tocar de maneira mais eficiente essas reuniões de conselho. Está prevista no âmbito desse subprojeto a realização do primeiro encontro regional dos conselhos, que será um fórum de discussão e troca de boas práticas entre os diferentes conselhos das Unidades. E por fim a elaboração de Manuais tanto do Gestor da Unidade quanto dos Conselheiros, para que se possa ter um círculo de capacitação contínua em relação aos Conselhos Gestores das Unidades. O terceiro subprojeto dentro desse eixo é o subprojeto Trilhas para Sustentabilidade Conectando Pessoas a Natureza, no lema Conhecer para Preservar, então a visitação e o uso público são importantes ferramentas de conservação das UCs. O projeto visa desenvolver atividades de

apoio ao monitoramento e a gestão da visitação das Unidades. Existe uma demanda muito grande nas UCs em relação à questão do ordenamento da visitação, sobretudo em alguns atrativos já extrapolando a capacidade de suportes das Unidades. Está previsto a elaboração de pelos menos 10 planos de uso público dos principais 10 Parques Estaduais. E não adianta avançar na visitação e no uso público sem ter uma estruturação das Unidades. Este projeto contempla também a realização de um amplo projeto de sinalização e estruturação das principais trilhas e atrativos das Unidades e está previsto ainda a implementação de um projeto antigo “Rota dos Parques”, das rotas ciclo turísticas, duas grandes rotas interligando as Unidades de Conservação, trazendo as Unidades de Conservação como vetores de desenvolvimento regional para geração de renda e emprego voltado para a questão do turismo rural ou do ecoturismo. E prevê ainda o fortalecimento do programa de formação de guias e condutores de visitantes, um programa já consolidado de grande sucesso nas Unidades de Conservação, tendo como objetivo capacitar a população, sobretudo de baixa renda residente no entorno das Unidades. Essa população é capacitada, credenciada para que se formem guias e condutores das UCs, garantindo mais uma fonte de renda para essa população. Este projeto prevê ainda a elaboração de projetos de exposição permanente em alguns centros de visitantes das Unidades de Conservação e ainda uma demanda antiga que a implementação de projetos itinerantes onde a ideia é trazer exposições itinerantes e rodar as regiões onde ficam situadas as UC para divulgar as ações de conservação e a importância das Unidades para a sociedade. E por fim o fortalecimento dos programas de fomento ao uso publico que já vem sendo implementado ao longo dos anos pelo Inea, o Programa Vem, Vem Passarinhar; Vem Pedalar; Vem Caminhar e o Vem Ver o Céu, de avistamento astronômico com uma procura bem expressiva em diversas Unidades. O quarto subprojeto é o fortalecimento das ações e atividades operacionais das UCs, que visa à contratação de serviço de apoio às atividades de monitoramento, proteção, buscas e salvamento nas Unidades; prevê ainda a execução de ações de prevenção e combate a incêndios florestais, através de notificações preventivas, construção de aceiros e o combate a incêndios florestais, que são um tema bastante crítico nessa faixa de conservação. Só no ano de 2023 houve 94 incêndios registrados nas Unidades, atingindo 17 Unidades de Conservação que comprometeram cerca 850 ha de áreas florestadas. Este subprojeto prevê ainda a execução de ações de manejo de trilhas, restauração do uso pública e da visitação, ações voltadas para a restauração florestal e resgate e manejo de fauna. Está previsto ainda a elaboração e atualização dos Planos de Contingência das UCs, que são importantes instrumentos a serem adotados em casos de desastres ou emergências ambientais; a implementação de ações de educação ambiental e por fim o apoio na realização de eventos, pesquisas científicas e atendimento aos visitantes. O quinto projeto dentro desse eixo é o projeto com foco em educação ambiental com crianças e adolescentes que é o projeto de gerações futuras, tendo como objetivo a implementação de um novo projeto para crianças de 6 a 11 anos – Projeto FERA – Férias Escolares Resgatando o Ambiente, com o objetivo de desenvolver atividades lúdicas e educacionais durante o período de recesso escolar, voltadas também para a sensibilização ambiental das crianças. E ainda uma ampliação e incremento do Programa Guarda-Parque Mirim cujos públicos alvo são adolescentes de 11 a 15 anos, que passam por uma vivência dentro desse Parque de Conservação, entendendo quais as principais atividades e a importância das Unidades para preservação e conservação do meio ambiente. Este projeto prevê ao longo dos quatro anos um envolvimento de 4.800 crianças, sendo 2.400 do projeto FERA e 2.400 do Guarda-Parque Mirim. Este projeto estimula conhecimento, redescobrindo UCs e como principal objetivo o fomento a pesquisas científicas, consideradas um dos principais instrumentos de geração de conhecimento para gestão das unidades de conservação. Hoje o Inea atua muito numa postura bastante passiva na questão de pesquisas científicas, ou seja, recebe as demandas das universidades em relação à realização de pesquisas científicas, autoriza essas pesquisas, mas não tem uma postura pró ativa de comentar quais são as pesquisas que seriam desenvolvidas

dentro das Unidades. Este projeto faz justamente esta postura pró ativa e prevê num primeiro momento um diagnóstico, organização do banco de dados de tudo que já se tem de pesquisa científica nas Unidades e em seguida, será feito um levantamento das principais lacunas de conhecimento das UCs e identificação das linhas de pesquisas prioritárias a serem desenvolvidas e elaboração do Plano Estadual de Pesquisa e Gestão da informação das UCs, fazendo parcerias com universidades e instituições de pesquisa, sendo estabelecido um mecanismo para concessão de bolsas de estudo aos pesquisadores. E por fim a realização de eventos e encontros científicos. O último subprojeto é o projeto e modelagem de serviços ecossistêmicos nas UCs que tem como abordagem a valorização desses serviços ambientais prestados nas Unidades. Hoje já existe uma previsão legal do SNUC que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nos artigos 47 e 48, que trazem essa visão de serviços ecossistêmicos prestados pelas Unidades, mas até hoje não foi conseguido implementar, primeiro por falta de regulamentação normativa em relação aos dois artigo e principalmente pela falta de clareza em relação quais são os serviços ecossistêmicos que as Unidades de Conservação prestam. Então continua a Diretora, este projeto é inovador, um projeto piloto no Parque Estadual dos Três Picos, que será rodado uma modelagem para identificar quais são os serviços ecossistêmicos prestados pelo Parque Estadual dos Três Picos, quantificar esses serviços ecossistêmicos e depois valorar de fato, quanto vale esses serviços prestados pela Unidade de Conservação. Vai ser elaborada, no âmbito deste projeto, uma metodologia que vai ser replicada nas demais Unidades de Conservação do Estado. E o último eixo de atuação de Conservação da Fauna Silvestre que é composto por três subprojetos, Rede Estadual de Atendimento à Fauna, através da implantação de dois Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres - CETRAS e operação de três Centros de Atendimento à Fauna – CAFS, a diferenças entres os dois é que os CETRAS são estruturas maiores que vão recepcionar animais de resgate com vida livre quanto animais oriundos de ação de fiscalização com procedimentos mais complexos e os CAFS são estruturas de pronto atendimento para atendimento menos complexo, quando o animal precisa de um primeiro atendimento para depois ser solto na natureza e vão ser estruturados junto às universidades, e são três universidades que estarão em parcerias com o Inea, com curso de medicina veterinária, e capacitar a mão de abra desses estudantes de medicina veterinária, porque no Estado ainda se carece de ter estudantes especializados na questão da fauna silvestre, sendo que a maior parte dos cursos de medicina veterinária visam mais a questão dos pets. E por fim um desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de informações relativas ao recebimento de animais silvestres nos CETRAS e CFS. Este projeto previa uma estimativa de recebimento de 3000 animais em cada um dos CETRAS, ou 6000 animais recebidos nos CETRAS e cerca de 1000 animais recebidos nos CAFS ou 3000 animais por ano. O segundo subprojeto é o Programa “Bicho no Mato”, e não adianta trabalhar na reabilitação dos animais silvestres sem ter para onde direcionar, a reintrodução desses animais na natureza. E tem como principal objetivo fomentar o cadastramento das áreas de soltura no ERJ. E tem primeiramente a sensibilização de proprietários para o cadastramento dessas áreas, e hoje o Estado já tem uma regulamentação em relação ao cadastramento das áreas de soltura, mas é uma regulamentação que trás um ônus para o proprietário que tem interesse em cadastrar a sua propriedade como área de soltura, porque uma reintrodução de alguma espécie requer tanto uma adaptação em termos de infraestrutura para recepcionar esses animais quanto o monitoramento dessa soltura. Hoje não existe nenhuma área cadastrada pela dificuldade dos proprietários de conseguirem seguir o que está na norma. Este projeto vem para suprir essa demanda, que previa a construção desses viveiros de reabilitação em algumas áreas de soltura, são viveiros de aclimatação desses animais, prevê a contratação de uma empresa que vai fazer esse monitoramento periódico da fauna após soltura, este projeto prevê o aporte de recursos em projetos já existentes, seja através de insumos, materiais, pagamentos de diárias para esses projetos de reintrodução de fauna, um desenvolvimento e implementação de um

sistema de gestão dessas áreas de soltura, e também a elaboração de um Manual de Procedimentos relativo ao monitoramento pós-soltura e revisão do arcabouço normativo estadual. O último subprojeto relacionado a esse eixo de Conservação da Fauna Silvestre é o Programa Olho na Fauna que tem como principal objetivo o monitoramento sistemático da fauna no ERJ e visa implementar o Programa Estadual de Monitoramento da Fauna através do estabelecimento de padronização de metodologia e capacitação das Unidades de Conservação. Hoje existe uma lacuna de conhecimento sobre a fauna no Rio de Janeiro e dentro das Unidades de Conservação. Este Programa vai trazer não só um maior conhecimento da fauna existente no ERJ, mas também uma série de subsídios para diversos projetos de conservação, por exemplo, a atualização da lista de fauna ameaçada, já aprovado no Fecam. As informações geradas no âmbito deste projeto vão trazer subsídios para as áreas prioritárias do Estado para a criação de novas unidades de conservação e também para o zoneamento das unidades. Este projeto prevê um diagnóstico das espécies alvo a serem monitoradas e posteriormente a execução de ações de monitoramento da fauna e a estruturação e implantação do Cadastro Estadual da Fauna, contendo os registros e o banco de dados da fauna no Estado, que estão hoje no âmbito do processo de licenciamento ambiental, e junto com outras instituições, por exemplo, o município do Rio de Janeiro que já tem um monitoramento de fauna. O eixo transversal tem dois subprojetos que permeiam todos os três eixos de atuação. O primeiro é a divulgação das ações de conservação da biodiversidade, visando à elaboração e produção de matérias de divulgação e comunicação sobre as ações que o Estado vem desenvolvendo, além de produção de materiais gráficos para atender as demandas das unidades de conservação e o foco principal é trazer a consolidação e o fortalecimento da imagem das unidades de conservação para estimular parcerias e investidores. E o último subprojeto é o desenvolvimento de um sistema de gestão de projetos ambientais, para um acompanhamento mais eficaz e eficiente tanto da execução quanto da compilação dos resultados desses projetos. Os principais resultados do Programa “Conservar Mais” é a ampliação da cobertura florestal, a ampliação das áreas protegidas e fortalecimento das ações e a conservação de fauna. Este projeto tem o prazo de 48 meses, é um projeto estruturante de quatro anos, com valor anual de R$ 69.376.879,54 e um orçamento total de R$ 277.507.518,17, finaliza a Diretora. O Sr. Filipe agradece e abre para discussão do projeto. A Conselheira Andrea da Firjan cumprimenta a todos e parabeniza a Diretora pelo projeto e diz que tem algumas dúvidas e que vai fazer algumas perguntas. O primeiro ponto é que acha muito interessante a parte do projeto de modelagem dos serviços ecossistêmicos, que são fundamentais e que não se consegue mensurar o que é tangível nem em quantidade, de quanto isso representa dos serviços ecossistêmicos de regulação de clima, provisão de água, de todos os outros serviços ecossistêmicos, o quanto isso vale em recursos, para que se possa cada vez mais ter valor financeiro em um recurso natural, que vai acabar tendo mais valor inclusive para as pessoas que lidam com essas unidades de conservação. A Firjan tem também trabalhos com serviços ecossistêmicos de valoração e que acabou de ser lançado, hoje na COPPE um Manual de Bioeconomia e com cases do Estado para valorizar essa questão de serviços ecossistêmicos. Todos sabem que as unidades de conservação e as áreas preservadas hoje, não conseguem pelo mecanismo de floresta em pé gerar créditos de carbono pela Mata Atlântica. Porque o desmatamento é negativo então não gera crédito de carbono pela floresta em pé. Então os projetos de reflorestamento poderiam gerar um ativo financeiro com o projeto através de crédito de carbono. Mas para isso é preciso planejar e fazer todo o procedimento de geração de um crédito de carbono antes do projeto começar. A pergunta da Conselheira é se a equipe está prevendo isso dentro do projeto e se puder colaborar, tem a REGUA que é uma RPPN que já está fazendo reflorestamento com projeto de crédito de carbono. Apesar de ser muito demorado vale a pena incluir essa vertente até como uma geração de recursos para o próprio Estado, para continuar mantendo esse trabalho, diz a Conselheira da Firjan. Outra pergunta mais de cunho prático, continua, com também a Firjan

participa do Conselho da CCA, por que este projeto não foi colocado pela CCA e sim pelo Fecam? Porque existe muito mais aderência com recursos da CCA do que os recursos do Fecam. Continuando a Conselheira faz mais uma pergunta, se tem aplicação desse montante em pagamento de colaboradores das Unidades de Conservação e se é previsto pela legislação do Fecam o uso do recurso do Fundo? A Diretora Júlia agradece pelos apontamentos e o primeiro ponto sobre a forma complementar de modelagem dos serviços ecossistêmicos que tem aderência não só com o que a região está fazendo, mas com outras instituições que vêm avançando com a questão da valoração dos serviços ecossistêmicos, que foi visto como oportunidade de criar uma metodologia aplicável às Unidades de Conservação e que possa ser replicada nas três Unidades. E em relação à questão do crédito de carbono a equipe não modelou as ações de restauração frente a este mercado de carbono, o Conselheiro Raphael da Seplag participou na discussão das plataformas dos ativos ambientais informa a Diretora. E no momento foi desacelerada da regulamentação do mercado de carbono no ERJ em função de em nível federal está sendo discutida a regulamentação do mercado de carbono, todos os projetos de restauração têm esse potencial. E como a Conselheira Andrea falou como o ERJ é considerado o Estado de desmatamento zero, então fica muito focado na geração de crédito de carbono com as ações de restauração e não com a floresta em pé. A Conselheira Andrea coloca que a questão do reflorestamento já se poderia ver dentro do mercado voluntário, existem plataformas para isso, e poderia prever antes do projeto começar esse mecanismo, porque depois fica mais complicado, existe todo o rito processual que precisa ser feito antes do projeto. O Conselheiro Raphael complementa dizendo que o que a Conselheira Andrea está dizendo é o conceito para a geração de crédito de carbono, que é o conceito de adicionalidade, se o projeto não for desenhado para gerar créditos acaba não gerando créditos num segundo momento, porque os recursos para execução já foram conseguidos de alguma outra forma. E é o que está acontecendo hoje aqui, a Diretoria está buscando os recursos dentro do Fecam e isso pode complicar a geração de crédito num segundo momento. Então é um ponto de atenção que teria que ter neste projeto. E só para informação, diz o Conselheiro, em conversa com a Bolsa para fazer o lançamento da plataforma e a contrapartida do ERJ é que seja gerada uma quantidade de crédito de carbono para ser negociada. Então, prossegue essas iniciativas em algum momento vai ter que ser discutido, e tem um decreto recente que a Seplag está fazendo um levantamento junto a todos os órgãos do Estado, de iniciativas que podem vir a gerar crédito de carbono, essa é uma delas e seria interessante aprofundar o debate para ver como pode aproveitar essa oportunidade. O Conselheiro diz que está focando na parte de restauração e crédito de carbono, mas toda a proteção à biodiversidade que envolveu este projeto como um todo, já existe metodologia estão avançadas para que possam ter mecanismos de mercado que também financiem essa proteção. E talvez possa se avançar num desenho que como essas questões de complementam, finaliza o Conselheiro. A Diretora Júlia concorda e lembra que estava discutindo no inicio sobre a possibilidade de ter uma certificação estadual, e sobre futuras reuniões para ver como se modela esses projetos pensando futuramente no mercado de carbono, concordando com a ideia colocada pela Conselheira Andrea. Continuando a Diretoria explica o próximo ponto colocado pela Conselheira sobre o Fecam e a CCA. A Diretora Júlia diz que entende que este projeto é muito mais abrangente, que tem um eixo principal que a eficiência de gestão das Unidades de Conservação, que tem aderência total em relação aos recursos de compensação ambiental do FMA, mas o projeto foi estruturado pensando nos grandes gargalos da conservação da biodiversidade e foi estruturado em eixos e também pelo volume dos recursos financeiros atrelados a este programa, que numa discussão interna foi apontado que o melhor recurso seria via Fecam. E por fim, a colocação da Conselheira sobre as contratações. A Conselheira concorda e explica que a Firjan tem sempre um posicionamento sobre os recursos do Fundo, de não ser usado para pagamento de colaboradores que seria função do próprio Estado, e que esse recurso seja um adicional para projetos novos e não para despesas que são corriqueiras

do próprio Estado. A Diretora concorda com a Conselheira e por isso todo o projeto foi estruturado no sentido de trazer um suporte, um apoio às ações que o Estado já vem fazendo, todos os serviços de contratação vem trazer um apoio às ações que o Inea vem desenvolvendo dentro de todas as linhas de atuação, e todo o projeto foi estruturado no formato de produtos, não está se contratando mão de obra, está se contratando produtos. Todos têm métricas mensuráveis e produtos a serem entregues mensalmente pela empresa a ser contratada. São contratados produtos e não pessoal dentro do projeto que vem estruturado dentro desta lógica. A Conselheira agradece. O Conselheiro Edimilson da Secretaria das Cidades cumprimenta a todos e informa que na Secretaria tem um programa de governo presente nas cidades onde se executa diversos tipos de serviços que atende a diversos municípios. E gostaria de saber se tem algum serviço com relação à redução da emissão do CO2 com o plantio de mudas, se existe alguma parceria do Inea com os municípios a respeito da doação de mudas para que se possa aderir ao programa da Secretaria das Cidades. A Diretora explica que conforme foi colocado hoje tem 5 hortos florestais no Estado, cujo foco da produção das mudas hoje, grande parte é com foco na doação das espécies nativas para os municípios, para implementar projetos voluntários de restauração florestal, para implementar ações de arborização urbana. Então o que se trouxe hoje é uma ampliação do que já é feito, onde são produzidas 200 mil mudas por ano e neste projeto a ideia é ampliar para 700 mil mudas/ano com o foco de apoiar os municípios através da doação dessas mudas de espécies nativas para os projetos voluntários municipais. O Conselheiro, pergunta como seria para o município conseguir essas mudas? Existe um programa do Inea com os municípios? A Diretora responde que existe uma regulamentação de requerimento de mudas e hoje qualquer município que queira receber doação de mudas então com o requerimento simplificado relatando o quantitativo de mudas, para qual projeto, o objetivo, e depois é feita a doação de mudas. Existe uma regulamentação e o passo a passo. O Sr. Filipe encerra as discussões e coloca o projeto em votação. A Conselheira da Firjan vota a favor, lembrando sempre a questão dos recursos do Fundo, que foi esclarecido pela Diretora Júlia, mas é importante deixar claro. Os demais Conselheiros aprovam o projeto que é considerado aprovado com a ressalva da Conselheira da Firjan, passando para o próximo item da pauta **item 2.2 – Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Execução de Macrodrenagem do canal Marilândia, vala 7 e 9 – Saracuruna – Duque de Caxias" – Valor: R$ 248.368.225,50 – Prazo: 24 meses – Processo: SEI-070002/017564/2023.** O Gerente de Projetos da Dirram/Inea, Fábio Oliveira inicia a apresentação do projeto. O objeto se refere à execução da macrodrenagem do canal Marilândia com intervenção de aproximadamente 5.570,00 m. A execução de serviço de recuperação dos corpos hídricos das bacias hidrográficas se dará no canal de Marilândia, canal Vala 7 e canal Vala 9. Duque de Caxias é um município do ERJ, localizado na Baixada Fluminense, na região metropolitana, situado a 16 km da capital estadual e é o terceiro maior município em questão de população. E está inserido na Região Hidrográfica V – Baía de Guanabara. A bacia dos rios Pavuna-Meriti banha a baixada fluminense, e separa os municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti, esta bacia corta o centro da cidade. Economicamente Duque de Caxias apresenta um grande crescimento nos últimos anos, sendo a indústria e o comércio as principais atividades. A cidade de Duque de Caxias possui uma grande cultura de utilização de bicicletas para locomoção entre os bairros, gerando um grande volume de ciclistas que diariamente usufruem das vias municipais. Possi um clima quente, é banhado pela Baía de Guanabara, não tem praia, ilhas e portos. Os limites são de manguezais de água salobra, tem uma área linear de 13,96 km e passa nas costas dos bairros Parque das Missões, Parque Beira Mar, Jardim Gramacho, Complexo da REDUC e Jardim Ana Clara. O rio Meriti separa o município de Duque de Caxias da cidade do Rio de Janeiro o rio Iguaçu delimita Duque de Caxias de Nova Iguaçu. O rio Sarapuí faz a divisão entre o primeiro e o segundo distrito e o rio Saracuruna separa o segundo do terceiro distrito. O município de Duque de Caxias sofre constantemente com chuvas e alagamentos, existindo a necessidade de

drenagem com maior vazão devido a quantidade de água que se acumula nas vias próximas. O objetivo é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de execução de macrodrenagem dos canais. Os objetivos específicos são: mitigar os danos ambientais decorrentes de transbordamento e enchentes; melhorar a eficiência hidráulica com a canalização; garantir a segurança e qualidade de vida da população do entorno. As intervenções são a execução das obras e as built. Os resultados esperados são: a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos com facilidade de acesso, urbanização, canalização e limpeza urbana; e garantir condições seguras de trafegabilidade e conforto para os pedestres e moradores que usam os passeios que beiram o canal. A justificativa: as constantes alterações e desenvolvimento. Ainda nos dias de hoje parte da população ainda carece de serviços básicos como o fornecimento de água potável, sistema de coleta de esgoto e resíduos sólidos, pavimentação dos logradouros dentre outros. Aumentar a capacidade de vazão do canal de Marilândia para diminuir prejuízos para a população como enchentes, erosão entre outras problemáticas; melhoras as condições de drenagem urbana e diminuir a disposição de resíduos de forma adequada; e aumentar a valorização e visibilidade da região. O investimento é no total de R$ 228.807.046,04 no prazo de execução de 24 meses. O Sr. Filipe agradece a apresentação e coloca o projeto em discussão e não havendo quem queira discutir, abre para votação. O projeto é aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. O Presidente prossegue informando que fará uma inversão da pauta colocando o **Projeto "Incremento da cobertura da estimativa de chuva por radar no ERJ" – Proponente: DIRSEQ/INEA – Valor: R$ 34.101.558,14 – Prazo: 48 meses – Processo: SEI-070002/018459/2023.** O Sr. Filipe passa a palavra a Diserq para apresentação do projeto. A Sra. Cinthia inicia a apresentação do projeto cumprimentando a todos os presentes. Contextualizando o projeto informa que o ERJ é um dos Estados brasileiros com maior número de desastres naturais (inundações e transporte de massa): as inundações e alagamentos são mais recorrentes, representando 62% de todas as ocorrências (PERHI 2014); essa incidência se deve, em grande parte, aos elevados índices de pluviosidade e ao relevo acidentado e às particularidades da hidrografia fluminense; e na ultima década vivenciou sucessivos transtornos ocasionados por chuvas intensas como o desastre observado em Petrópolis em fevereiro de 2022. A justificativa é que a Política de Recursos Hídricos e suas diretrizes obriga o Poder Executivo a manter sistema de alerta e assistência a população, para as situações de emergência causadas por eventos hidrológicos críticos e nesse sentido o Inea mantém, no âmbito de sua Sala de Situações, as ações do Sistema e Alerta de Cheias do ERJ, criado em 2008 para informar às autoridades e à população sobre a possibilidade de ocorrência de chuvas intensas e inundações graduais (cheias); a rede de radares meteorológicos de grande porte do ERJ integra, desde 2015, as ações de monitoramento junto à rede hidrometeorológica. Neste moimento apresenta um vídeo sobre a Rede de Radares Meteorológicos do Rio de Janeiro, uma em Guaratiba que tem 30 metros de altura; em Macaé com uma torre de 20 metros de altura, todo o equipamento é protegido contra incêndio, a equipe de engenharia do Inea é responsável pela manutenção e a equipe de meteorologia faz a operação, a sala de situação do Inea controle tudo remotamente e o Inea compartilha dados com parceiros, além de publicar as figuras no site a cada 5 minutos e as Defesas Civis são avisadas conforme o Protocolo Operacional, tudo para deixar a população protegida em caso de inundações. A motivação para esse incremento desse monitoramento que está associada a algumas caraterísticas do equipamento. Existem duas áreas em vermelho e roxo no vídeo apresentado pela Sra. Cinthia representando a área de atuação de Guaratiba e Macaé. No entanto, explica, há uma deficiência dessas leituras especialmente na região metropolitana e na região serrana. Em radares meteorológicos precisa que a precipitação seja estima até 1 km de altura; outra questão são as sombras impostas pelo relevo e há perda de resolução pela distância entre o radar e a região monitorada. A Sra. Cinthia continua mostrando o vídeo ilustrando a estimativa de chuva em até 1 km de altura; as sombras impostas pelo relevo; e perda de resolução com a distância. O objetivo geral é

incrementar a cobertura da estimativa de chuva por radar no ERJ visando a identificação precoce das tempestades formadas sobre o território fluminense; a qualificação da intensidade e área de atuação das tempestades; e o aprimoramento do envio dos alertas de cheias, especialmente sobre o Região Serrana do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos: incrementar o tempo de antecedência no envio dos alertas de cheias; aumentar a acurácia dos alertas de cheias enviados; melhorar o desempenho do Inea na fase de preparação dos processos de Redução de Risco de Desastres; fornecer ao Sistema de Defesa Civil subsídios técnicos na fase de resposta dos processos de Redução de Risco de Desastres. As atividades previstas: estudo de localização e especificações técnicas para instalação de radares meteorológicos; aquisição de 2 radares; instalação e configuração dos radares; entrega de sobressalentes e soluções de softwares; operação e manutenção dos radares; e fornecimento e instalação de equipamento de videowall para a Sala de Situação. Os resultados esperados: são os 2 radares instalados, a manutenção por 36 meses e alertas de cheias mais eficientes. O custo de projeto é de R$ 34.101.558,14 e prazo de execução de 48 meses. O Sr. Filipe agradece a apresentação e coloca o projeto em discussão. A Conselheira da Firjan parabeniza pelo projeto e lembra que os eventos extremos serão mais frequentes e severos e a informação é fundamental para que se possa trabalhar a resiliência climática nas cidades e no Estado. A Conselheira pergunta sobre a interação deste projeto com o projeto que foi aprovado no Fecam sobre adaptação às mudanças climáticas. A Sra. Cinthia responde que atualmente na operação se usa recursos de outro projeto Fecam de monitoramento, mas o projeto não previa esse incremento da rede de radares, previa aa ações contínuas de monitoramento já exercidas pelo Inea. O monitoramento de alerta entra como uma fase de adaptação, porque consegue manter as estruturas existentes de maneira que a Defesa Civil consiga atuar em campo, avisando a população vulnerável. E o sistema de monitoramento são medidas sem arrependimento no processo de adaptação às mudanças climáticas, então mesmo que se tenha incertezas com relação ao que vai acontecer no futuro, manter o sistema de monitoramento funcionando, o sistema de alerta aplicado à essa população vulnerável é uma medida sem arrependimento, continua a Sra. Cinthia, que entende que este projeto se insere no contexto de adaptação das mudanças climáticas. A Conselheira diz que entende e concorda, mas a pergunta é mais no sentido de que tem várias ações da Seas que já teve um plano de adaptação e avaliação das vulnerabilidades quanto às mudanças climáticas que foi feito no passado, com o mapa do ERJ com as principais vulnerabilidades climáticas e foi aprovado um projeto de plano de adaptação às mudanças climáticas e não sei como está, diz a Conselheira e a pergunta é mais no sentido de uma alerta para o próprio Inea/Seas, porque existem vários projetos acontecendo e deveria ter uma integração maior para que se tenha de fato o uso desses dados para formulação das políticas públicas e entende que o trabalho da equipe está muito mais na questão de alerta mesmo, mas usar os dados que estão sendo coletados ou que vão ser coletados com esses dois radares a mais na integração com outros projetos que a Seas/Ineas já tenham voltados para adaptação e resiliência climática. A Sra. Daise Conselheira do Inea responde que o radar essas informações, o monitoramento constante vai subsidiar ainda mais a elaboração do plano de adaptação de mudanças climáticas que está sendo acompanhado pela Subclim. Hoje já tem um monitoramento, o controle de radares como foi colocado pela Cinthia. Só que o fato do relevo, as questões da distância, dificulta para os alertas precisos com antecedência razoável para tomar as medidas que necessárias para a prevenção, a mitigação dos danos como aconteceu com as chuvas de 2022 em Petrópolis. O radar realmente auxiliou para o monitoramento dos rios, mas o alerta muito próximo da ocorrência do evento não conseguiu ter precisão. E hoje projeto que a Cinthia está trazendo do Inea é justamente que se instale o radar na região para ter uma precisão maior e isso vai subsidiar as informações dos planos de adaptação das mudanças climáticas que estão sendo elaboradas pela Seas. A Conselheira agradece os esclarecimentos, e alertando que deve estar cada vez mais equipado e capacitado para responder aos eventos

climáticos. O Sr. Filipe coloca, então, o projeto em votação. O projeto é aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. Continuando, o Presidente, mais uma vez não seguindo a ordem coloca o projeto **"Projeto Executivo e Obras de Recuperação Estrutural dos Guias-Correntes e Desobstrução do Canal de Ligação da Lagoa de Itaipu e Praias de Itaipu e Camboinhas, no Município de Niterói" – Proponente: SEAS/SUBINFRA - Valor: R$ 28.496.573,85 – Prazo 20 meses – Processo: SEI-070026/002299/2023.** Passa a palavra a Subinfra. O Sr. Ricardo Oliveira da Subinfra inicia a apresentação informação que o projeto é para a contratação do projeto executivo e execução das obras de recuperação dos guias correntes e desobstrução do canal da Lagoa de Itaipu, Niterói, sendo o objeto deste projeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço técnica para o projeto executivo e a execução das obras. Os objetivos específicos: valorizar o meio ambiente; melhorar a troca hídrica entre a lagoa e o mar; melhoria da qualidade de vida e saúde da população do entorno; e proteção e restauração da integridade ecológica do local. A concepção é fazer a desobstrução do canal num trecho de aproximadamente 600 m e recuperar as guias correntes. O comprimento da desobstrução é de 595 m, largura de 46,8 m e profundidade de -2,0 m. O volume de escavação é de 92.000 m3; e proteção do canal de ligação com a utilização de Formas Geotêxtis ao longo de todo o trecho desprotegido do canal. E recuperação dos guias correntes em ambos os lados e essas estruturas têm 110 m de comprimento. Mantendo o comprimento existente em ambos os lados; e o reforço do enrocamento com material do núcleo: pedras om pesos ente 100 kg e 1000 kg e com armadura de proteção: tetrápodes. Esta intervenção já possui o projeto básico. As atividades previstas são a elaboração do Plano de Trabalho e o Relatório de Programação das Atividades de Campo; os serviços preliminares, complementação de levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral, complementação de levantamento topobatimétrico e complementação de investigações geotécnicas; os projetos executivos: apoio ao licenciamento ambiental, de locação e terraplenagem; projeto executivo geotécnico; de recuperação estrutural das guias correntes, de desobstrução do canal de ligação. A execução das obras: locação da obra e terraplanagem, execução da recuperação estrutural das guias correntes e serviço de apoio e acompanhamento marítimo. E por fim as built. Os resultados esperados: melhoria da troca hídrica enre o ambiente lagunar e o oceânico e a recuperação e restauração da função ecológica do corpo hídrico. O total de investimento é de R$ 28.496.573,85 e o prazo de execução de 20 meses. O Sr. Filipe agradece a apresentação e abre o projeto para discussão. O Conselheiro Edimilson diz que tem uma preocupação com respeito a esse tipo de projeto que necessita de projeto executivo posterior, com relação aos valores que poderão ser diferentes do orçado. E existe uma preocupação com o jurídico da Secretaria das Cidades que o projeto executivo seria uma exceção e não uma regra. Quando tem um projeto executivo a ser executado pode onerar em muito o valor, podendo ultrapassar o valor permitido pela lei. Neste caso seria 50% do valor. Gostaria de fazer este comentário prossegue o Conselheiro para que num futuro próximo possa ser debatido na elaboração de um projeto, contratar esses serviços, essa inclusão do projeto executivo já vir de dentro da Secretaria. O Sr. Ricardo responde que o projeto executivo está vinculado ao orçamento, a obra, só que se faz o projeto básico se tem um erro maior, mas fica dentro dos critérios, da técnica, o erro é menor do que a legislação permite e projeto executivo não é o ideal, mas é permitido por lei. Por experiência, o Sr. Ricardo está agora na Subinfra, mas já tem grande experiência no Inea na Diretoria de Obras, explica o Sr. Filipe, e 70 % as obras são feitas neste formato e as alterações contratuais têm sido muito baixas, elas são avaliadas e tomadas decisões, o melhor caminho, e agradece ao Conselheiro pela colocação. O Sr. Bin Guimarães se apresenta como Secretário da Região Oceânica de Niterói, representando a Prefeitura de Niterói gostaria de tecer alguns comentários e dizer que essa intervenção é muito aguardada pela comunidade de Niterói. O sistema lagunar da cidade sempre mobiliza muito a cidade e todas as intervenções que são realizadas. Este é um canal artificial, foi construído na década de 70, e hoje a sua estrutura demanda uma

intervenção urgente. Este projeto foi concebido pela Secretaria em debate com toda a comunidade e gostaria de tranquilizar o Conselheiro Edimilson, foi um projeto muito bem elaborado e foi apresentado na reserva extrativista marinha de Itaipú, foi feito um debate responsável com a comunidade tradicional, a colônia de pescadores. O sistema lagunar de Niterói, nas Lagunas de Itaipu e Piratininga tem outras intervenções que são necessárias de modo a preservar e garantir todo o equilíbrio desse ecossistema, mas essa intervenção é muito importante do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da geração de emprego e renda da comunidade tradicional que vive da pesca nas lagunas. Então gostaria de pedir a todos deste Conselho Deliberativo que se consiga este projeto que é bem importante para a comunidade, finaliza e agradece. Encerrada as discussões o Sr. Filipe coloca o projeto em votação e por unanimidade é aprovado, passando para o próximo item da pauta – **2.5 – Proponente**: **Subrhes/SEAS - Projeto "Economia Azul – Blue Rio 2" - Valor: R$ 6.000.000,00 – Prazo meses – Processo: SEI-070026/002480/2023.** O Sr. André Leoni, da Superintendência de Recursos Hídricos da Subrhisa/Seas, iniciando a apresentação faz uma contextualização do projeto. O Blue Rio foi o primeiro programa de inovação azul, de economia azul do ERJ, do Brasil e da América Latina foi o primeiro hub de inovação foi um sucesso, e será mostrado uns números e será dada continuidade com o Blue Rio 2 com umas vertentes a mais que não foram contempladas no Rio 1 e a continuidade do Rio 1 na questão das provas de conceito. O Rio de Janeiro é o futuro da economia azul. Este trabalho de gestão de economia azul teve o decreto da economia do mar no ERJ, incentivando o Rio de Janeiro e buscando cada vez mais essa vertente, e passaram a olhar cada vez mais para a economia azul, não somente focando questão do turismo, das praias, e sim buscando mais ações para essa área, energia, incentivo ao mar e outras ações. Na primeira edição do Blue Rio tiveram 5 vertentes; energia, navegação, portos e logística, saneamento e sustentabilidade, com quase 300 startups inscritas. 294 internacionais e 95 brasileiras. Dessas foram feitos os primeiros filtros chegando a 70 startups onde todos os parceiros avaliaram e recepcionaram aquelas que iriam trazer inovação, sempre buscando a questão da melhoria ambiental, não era uma inovação somente para empresa, mas teriam que ter esse viés ambiental. Dessas 70 startups foi feito um novo filtro chegando a 24. Essas 24 startups trouxeram para os parceiros Seas, Fibra, Cedae, Águas do Rio, inovações, ações que serão implementadas e vão estar no projeto piloto, Na Seas foram escolhidas inicialmente cinco vertentes que tem a ver com a Seas como com o Inea que seria monitoramento via satélite por novos parâmetros, fiscalização da parte do CAR mais apurada. Então uma tecnologia para puder apurar, melhorar a resposta do CAR. Teve uma ação na parte de projetos ligados a comunidade para incentivos de colmeias, plantios, ligados a produção de abelhas, tendo melhor resposta para o ecossistema em geral. Outro programa ligado a deslizamentos, desastres, respostas que a Defesa Civil e o Inea participam e conseguiram ampliar esse escopo, pegando os 10 itens que a Defesa Civil contempla. Então, houve alguns programas previstos e os parceiros escolheram suas ações. O Blue Rio 1 teve as cinco áreas: saneamento, portos e logística; navegação; sustentabilidade e energia. E o Blue Rio 2 será ampliado o escopo; saneamento, portos, navegação e logística, energia sustentável e clima visando a parte de mudanças climáticas, energia sustentável focando a energia offshore e energia ligada a saneamento tendo em vista a concessão de saneamento, ampliação do saneamento, turismo, bioeconomia especialmente a parte de algas e educação ambiental, o Programa Ambiente Jovem sendo uma das previsões é que os jovens que serão formados pelo Programa possam ser treinados e terem estruturas para fazer startups. A intenção do Rio 2 é exatamente associar o Ambiente Jovem, os jovens formados com a educação por todos esses temas que são abordados por esse programa e selecionar alguns jovens que vão ser estimulados a implantar, criar startups ligadas a sua comunidades ou ligados a alguns parceiros que estejam fazendo parte deste programa. Os objetivos do Rio 2, realizar a 2ª Edição do Programa Blue Rio; estímulo ao empreendedorismo local sustentável e atração de soluções inovadoras, ligados a questão do Ambiente Jovem; desenvolvendo

projetos pilotos para o Blue Rio 1 e Blue Rio 2; incentivar e apoiar a cooperação entre as instituições através do treinamento e capacitação de seu corpo técnico. Está previsto também um clube de inovação onde ocorrerá, durante um ano, palestras, workshop, treinamento, para que a Seas, Inea e parcerias onde se possa incentivar cada vez mais a inovação no ERJ. No Rio 1 o programa multi-parceiros e jornada de aceleração e agora o Rio 2, clube de inovação, programa multi-parceiros e mentorias aos participantes na jornada de aceleração, tudo ligado a capacitação e ao conhecimento vão ser trazidos ao longo deste programa. O valor previsto é de R$ 6.000.000,00, para o Rio 2 R$ 3.425.000,00, e projeto-piloto R$ 2.575.000,00 para execução do Blue Rio 1 e Blue Rio 2. Alguns parceiros participam do projeto, como Águas do Rio, Porto do Açu, VIBRA, Ocean Pact. O Superintendente finaliza e agradece. O Sr. Filipe parabeniza pela apresentação e abre para discussão do projeto. A Conselheira Andrea parabeniza e diz que acertaram nas parcerias e informa que a Firjan acabou de lançar o Manual de Bioeconomia e a questão das algas é fundamental para desenvolver a bioindústria e para o ERJ é interessante ter essa vertente, diversificar cada vez mais o setor industrial no Estado e a vertente de clima, sustentabilidade são vertentes bem interessantes. O Superintendente agradece. Em seguida, o Sr. Filipe abre para votação do projeto. O projeto é aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o próximo item da pauta - **Item 2.6 - Proponente: DIRRAM/INEA - Projeto "Obras e Refazimento Viário para Garantir a Seção Hidráulica do Rio Calombé – Duque de Caxias" – Valor R$ 26.784.832,55 – Prazo 18 meses – Processo: SEI-070002/017566/2023.** O Sr. Filipe passa a palavra para a Dirram. O Gerente de Projetos da Dirram inicia a exposição dizendo que as obras são necessárias em virtude da intervenção que já existe no Rio Calombé, precisando garantir a seção hidráulica do canal. O objetivo geral é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de obras de refazimento viário para garantir a seção hidráulica do rio Calombé, em Duque de Caxias. O objetivo específico e garantir melhoria e bem-estar dos usuários locais, garantir a seção hidráulica do rio, minimizar as enchentes e alagamentos, diminuir os transtornos à população. As intervenções: plano de trabalho e programação das atividades dos serviços de campo; serviços preliminares; projetos executivos; execução de obras; as buil. O serviço proposto proporcionará melhoria da qualidade de vida da população promovendo a prevenção de enchentes; e a intervenção garantirá bem-estar aos usuários locais, benefícios ao local, visibilidade e movimentação. A Região do Rio Calombé é muito afetada durante períodos de chuvas fortes e as ações de manutenção são recorrentes. As intervenções nas pontes e passarelas são ações para garantir o pleno funcionamento do corpo hídrico, proporcionando segurança a região e seus usuários. O investimento é de R$ 27.006.485,58 e o prazo de execução de 18 meses. O Conselheiro faz uma complementação do que disse o Gerente da Dirram dizendo que este projeto complementa uma obra que já está em execução, onde se tem uma seção hidráulica já definida, existindo hoje um estreitamento dessa seção hidráulica devido a pontes e passarelas existentes e que precisam ser complementadas. Criar novas pontes e passarelas na mesma seção hidráulica que tem no projeto, a fim de que não haja mais alagamentos naquela região. O Gerente concorda. O Sr. Filipe abre a seção para discussão do projeto. Não havendo discussão coloca o projeto em votação. O projeto é aprovado por unanimidade. Continuando o Sr. Filipe passa para o próximo item da pauta - **Item 2.7 - Proponente: DIRRAM/INEA - Projeto "Projeto Executivo e Execução de Obras do Sistema de Saneamento Básico e Urbanização para as Comunidades de Vila do Abraão e Saco do Céu, Ilha Grande – Angra dos Reis" – Valor R$ 116.222.947,26 – Prazo 30 meses – Processo: SEI-070002/017567/2023.** O Gerente da Dirram inicia a apresentação. O objeto do projeto do contrato consiste na elaboração de projeto executivo e execução de obras de sistemas de saneamento básico e urbanização para as comunidades de Vila do Abraão e Saco do Céu, Ilha Grande – Angra dos Reis. Angra dos Reis é um município situado no sul do ERJ e faz parte da região "Costa Verde", conhecida por seu potencial turístico. Os municípios limítrofes são Paraty, Rio Claro e Mangaratiba no território fluminense e Bananal e São José do

Barreiro no lado paulista. A Vila do Abraão é o principal vilarejo da Ilha Grande, onde se localiza a sede do PEIG e concentra a maior parte da infraestrutura da Ilha, como posto de saúde, correios e Corpo de Bombeiros e Policia Militar. O serviço de barcas liga a Vila do Abraão com Angra dos Reis e Mangaratiba, no continente. A comunidade do Saco do Céu tem aproximadamente 700 habitantes e fica numa enseada com praias e um mangue, formada dentro da Enseada das Estrelas. O acesso é também por barcos. A Ilha Grande se destaca como uma localidade singular por sua beleza natural e biodiversidade excepcional. Sua economia é predominantemente orientada para o turismo, como hospedagem, gastronomia e serviços turísticos e a pesca também exerce uma função relevante na subsistência da comunidade local. A sazonalidade turística é uma característica marcante, com flutuações significativas de renda e empregabilidade local, devido à dependência desse setor, altamente sujeito a variações temporais. Existe uma insuficiência de infraestrutura de saneamento básico, com a ausência de tratamento de esgoto e fornecimento de água potável, exercendo impactos prejudiciais na qualidade de vida quanto na saúde pública dos residentes. E o isolamento geográfico da Ilha impõe desafios consideráveis ao acesso a serviços essenciais e à logística de escoamento de bens e serviços, ampliando a vulnerabilidade socioeconômica da região. A Ilha Grande destaca-se por sua notável caracterização geográfica e ambiental, desempenhando um papel de relevância crítica na preservação da biodiversidade e no fenômeno do ecoturismo regional. Na Ilha existem quatro unidades de conservação ambiental: Parque Estadual da Ilha Grande, Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Reserva Biológica Estadual da Praia Sul e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios. Todas visam a garantir a proteção da flora e fauna da grande reserva de mata atlântica existente na Ilha e da vida marinha em seu entorno. A Bacia Hidrográfica está integrada à Bacia do Rio Paraíba do Sul. Os cursos d'água que perpassam a Ilha desempenham uma função de importância singular na preservação da vegetação ribeirinha, na salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos e no ciclo hidrológico regional. A Ilha tem 113 praias e a vegetação na Ilha é a Mata Atlântica. É possível observar que a ausência de infraestrutura de saneamento básico se traduz em um contexto propenso à contaminação da matriz hídrica, resultando em um aumento significativo do potencial da ocorrência de doenças de veiculação hídrica e patologias gastrointestinais na população residente. A Ilha Saco do Céu também enfrenta desafios relacionados ao saneamento básico. A falta de coleta de resíduos sólidos e tratamento de esgoto afetam diretamente a saúde publica e o meio ambiente da região. Há uma urgente necessidade de melhoria no saneamento básico na Ilha do Abraão e Saco do Céu. O objetivo geral é a contratação de empresa especializada para a execução do projeto. Os objetivos específicos são: a implantação de sistema de saneamento básico; melhoria da qualidade de vida e saúde da população; requalificar a paisagem e os espaços urbanos públicos centrais, promovendo uma melhoria na demanda da cultura e lazer da população. As intervenções: plano de trabalho e programação das atividades; serviços preliminares, projeto executivo; execução das obras; as built. Os resultados esperados: promover a garantia da balneabilidade e sustentabilidade para a região como um todo; melhorias de saneamento básico e urbanização; reforma das estações de tratamento de água e de esgoto; consolidar o turismo, atrair negócios e gerar empregos à população. A Ilha Grande abriga o Parque Estadual da Ilha Grande subordinado ao Inea. A Ilha Grande faz parte da APA dos Tamoios, que é uma zona de preservação permanente de Angra dos Reis. A região sofre com chuvas intensas, com deslocamento de grande quantidade de materiais das encostas. O saneamento é uma grande questão em toda a Ilha Grande. As obras de saneamento básico visa a garantia de melhores condições de saúde para a população das comunidades e dos turistas, e a preservação do meio ambiente evitando e contaminação dos corpos hídricos e a proliferação de vetores. O investimento total é de R$ 116.222.947,26 no prazo de execução de 30 meses. O Sr. Filipe abre para discussão do projeto e não havendo discussão coloca o projeto em votação. O projeto é aprovado por unanimidade. Passando para o próximo item da pauta - it**em 2.8 -**

Proponente: DIRRAM/INEA - Projeto "Projeto Executivo e Obras de Desobstrução do Canal da Barra Franca – Saquarema" – Valor R$ 29.498.767,09 – Prazo 08 meses – Processo: SEI-070002/0/2023. O Gerente da Dirram começa a explanação do projeto, explicando que o objetivo do contrato é a prestação de serviço de projeto executivo e obras de desobstrução do canal da Barra Franca em Saquarema. A cidade de Saquarema está localizada na região das Baixadas Litorâneas, na Região dos Lagos. É conhecida como a Capital Nacional do Surfe, sendo recorrentemente a etapa brasileira da Liga Mundial do surfe, e a Casa do Vôlei Brasileiro por ser a sede da Confederação Brasileira do Voleibol. A região de interesse deste projeto está inserida na Região Hidrográfica VI na Bacia Hidrográfica Lagos São João. O município de Saquarema destaca-se por sua privilegiada localização na Região dos Lagos. Possui uma economia vinculada à pesca e à agricultura om destaque para a produção de pescados e cultivos de hortaliças. Nas últimas décadas observou-se uma transição para atividades ligadas ao turismo, com o comércio e a prestação de serviços tornando-se preponderantes. As praias, os eventos esportivos, como o surfe, exercem forte atratividade. Saquarema tem manifestado interesse em promover o desenvolvimento sustentável, como a implementação de práticas agrícolas sustentáveis e promoção do turismo ecologicamente responsável. Devido suas praias e condições climáticas, Saquarema se destaca com condições favoráveis à prática do surfe, uma das mais famosas é a Praia de Itaúna conhecida com Maracanã do Surfe. A Lagoa de Saquarema assim como a de Maricá, teve sua origem há aproximadamente 120 mil anos e evoluiu pelas frequentes variações do nível relativos do mar que ocorreram desde então. É formada por quatro lagoas interligas: Saquarema, Boqueirão, Jardim e Mombaça, totalizando uma área de 23,2 km2. Seu relevo inclui elevações da Serra do Mar e Maciços Costeiros como Mato Grosso, Pedra Branca, Boa Esperança e Palmital. Duas unidades geomorfológicas, Planície Fluvial e Planície Fluvio-Marinha, destacam-se na região. O objetivo geral é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de projeto executivo e obras de desobstrução do canal da Barra Franca da Lagoa de Saquarema. O objetivo específico é a desobstrução do canal e melhorar a hidrodinâmica do canal. A intervenção: serviços preliminares, projeto executivo, administrativo e execução de obras. Os resultados esperados: promover o restabelecimento da qualidade hidrodinâmica e saúde ambiental do Sistema Lagunas de Saquarema; garantir a funcionalidade e as condições ambientais adequadas para o Canal da Barra Franca. Com o desassoreamento do quadro de elevado risco ambiental e potencial risco à vida humana devido assoreamento o estabelecimento de uma área hidráulica estável para o Canal, de modo que tenha características autolimpantes e remoção das rochas que rolaram do cabeço do guia-corrente, pois obstruem parcialmente o canal, comprometendo a circulação do sistema. Além do quadro de elevado risco ambiental e potencial risco à vida humana devido ao espalhamento das rochas de formação do guia-corrente, causando assoreamento do Sistema Lagunar de Saquarema. O desassoreamento é essencial para restabelecer a navegabilidade e a estabilidade do Canal da Barra Franca. O total de investimento é de R$ 29.498.767,09 no prazo de 8 meses. O Sr. Filipe para discussão do projeto e não havendo discussão coloca o projeto em votação. O projeto é aprovado por unanimidade, passando para o próximo item da pauta - **Item 2.9 - Proponente: DIRRAM/INEA - Projeto "Contratação de Empresa Especializada em Trabalho Técnico Social, Cadastramento, Vistoria Técnica, Avaliação e Negociação de Benfeitorias em Apoio às Intervenções Físicas da Diretoria de Recuperação Ambiental – Inea nas áreas das Regiões Hidrográficas I, II, III e V"– Valor R$ 62.000.000,00 – Prazo 21 meses – Processo: SEI-070002/0/2023.** O Sr. Filipe passa a palavra para a Dirram para exposição do projeto. A Sra. Patrícia Guerra se apresenta Assistente Social do Inea e Gerente de Projetos Socioambientais da Dirram. A Gerente incia a apresentação explicando o embasamento legal do projeto o Decreto 43.415/2012 sobre a demolição de benfeitorias e reassentamento de moradores em bairros populares, onde está todo o regramento para o cadastramento e o art. 263 da Constituição do ERJ item XXV –

programas de realocação (quando couber) de população que ocupem áreas de preservação ambiental, incluindo habitação digna e reinstalação. As áreas de Intervenção, obras contratadas ou em contratação – Região Hidrográfica I – Paraty – projetos básico e executivo de restauração da antiga edificação existente ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (casarão e depósito) em Paraty Mirim. Demolição assistida por monitoramento arqueológico de edificação em Paraty Mirim. Angra dos Reis – projeto executivo e execução de obras de sistemas de saneamento básico e urbanização para as comunidades de Vila do Abraão e Saco do Céu, Ilha Grande. Região Hidrográfica II – Queimados – projeto executivo e obras de mesodrenagem e urbanização nas Av. Berna e Av. Irmãos Guinle, nos bairros Jardim Queimados, Belmonte e Vila Central – Município de Queimados. Rio de Janeiro – projeto executivo e oras de drenagem, pavimentação e urbanização na comunidade Princesa Daiana – Bairro Campo Grande – Município do Rio de Janeiro. Região Hidrográfica III – Valença – projeto executivo e obras de canalização e urbanização de trecho do Córrego Biquinha, no município de Valença. Resende – pojeto executivo e obras de urbanização do Lago Mirante – Resende. Região Hidrográfica V – São Gonçalo – projeto executivo e complementação das obras de macrodrenagem da Bacia do Rio Imboaçu – São Gonçalo. Duque de Caxias – projeto executivo e obras de urbanização e macrodrenagem nos canais das localidades Parque Duque e Parque das Missões, em Duque de Caxias. Cachoeiras de Macacu – projeto executivo e obras de drenagem, canalização e urbanização em Cachoeiras de Macacu. A Gerente mostra fotos da localização da Ilha Grande e Paraty, Queimados e Rio de Janeiro (Campo Grande), Valença e Resende, e São Gonçalo e Duque de Caxias, e Cachoeiras de Macacu. O objetivo geral é atuar em consonância com todas intervenções executados pela Dirram, em que haja necessidade de remoção de benfeitorias, contribuindo no processo de reassentamento involuntário das famílias residentes nas áreas apontadas como prioritárias, viabilizando a liberação da área através do pagamento de indenização mediante o processo de cadastramento e negociação com base na legislação vigente. Os objetivos específicos são: desocupar as áreas apontadas pela Gerob/Dirram mediante o pagamento de indenização a fim de possibilitar a realização da obra; realizar o cadastramento social e físico, avaliação e negociação de imóveis para fins de realocação involuntária; mobilizar a população para as atividades a serem realizadas pelo Trabalho Técnico Social e realizar ações informativas contínuas sobre a intervenção física e processos de realocação dando suporte às ações de outros atores atuantes na área; acompanhar e orientar as famílias que serão realocadas; prestar atendimento e esclarecimentos à população impactada através de atendimento cotidiano (plantão social) a ser realizado em local de referência do trabalho social; identificar parceiros potenciais para as ações do trabalho social em resposta aos anseios da comunidade; sensibilizar, promover reflexão e debate com a população sobre a importância da conservação da infraestrutura implantada e benfeitorias construídas; realizar avaliação participativa sobre as propostas e atuação efetiva do trabalho social e sobre as intervenções físicas realizadas. As atividades previstas são: mobilização e comunicação; identificação das benfeitorias; cadastramento; avaliação das benfeitorias; negociação; pagamento das indenizações. Este projeto visa atender a necessidade de contratação de serviços para executar ações de trabalho técnico social, cadastramento das benfeitorias e negociação das famílias residentes nas áreas impactadas, liberando para que as intervenções a serem realizadas possam se concretizar e consequentemente evitar reocupações do território e novos gastos ao erário público. O investimento é de R$ 62.000.000,00 e o prazo de execução de 18 meses. O Sr. Filipe abre para discussão do projeto. O Conselheiro da Seplag tem duas dúvidas, a primeira é com relação à parte desses projetos que foram aprovados anteriormente pelo Fecam e entende que os valores para esse trabalho já estavam no orçamento aprovado nos projetos anteriormente. Então, qual a diferença dessa previsão que no entender do Conselheiro já existia nos projetos originais. E o segundo ponto para ficar bem claro se a indenização está incluída naquele recurso e só está aprovação é só para a gestão, o cadastro e todo esse trabalho que envolve

essa questão. A gerente explica que o valor da indenização está incluído dentro da estimativa deste orçamento, 37,5 milhões é o valor estimado para pagamento de indenizações, 24,5 milhões estimados para a contratação da empresa para o trabalho técnico social que vai abarcar os novos princípios dentro dessas variáveis. A questão desses projetos que foram aprovados anteriormente de obras, e em discussão dentro da Diretoria verificou-se a necessidade de abarcar a questão do trabalho técnico social até por experiência que a Dirram está tendo no momento com 1500 benfeitorias o projeto em execução dentro do município do Rio de Janeiro em três municípios Belford Roxo, Duque de Caxias e Rio de Janeiro. Foi visto que mesmo em áreas que não tinha previsão de desfazimento, o trabalho técnico social e a desmobilização estão sendo muito importantes para a população local até pelo entendimento de não terem aquele equipamento que foi construído naquele local. E nesta discussão na Diretoria porque estava abarcando o trabalho social em projetos aprovados anteriormente. O Conselheiro agradece. A Conselheira Andrea da Firjan faz um comentário, dizendo que não considera apropriado usar recursos do Fecam para pagamento de indenizações. Não sabe legalmente se é possível, mas de acordo com os posicionamentos como Firjan não concorda em utilizar recursos do Fecam para pagamentos de indenizações. A Coordenadora do Fecam Kamylla, diz que segue os incisos do art. 263 da Constituição Estadual, mas pode solicitar um parecer jurídico junto a Seas para deixar mais transparente. A Conselheira diz que precisa ser balizada juridicamente porque a Firjan entende que a indenização seria um recurso deslocado do budged do Estado e não do recurso de compensação ambiental. O Sr. Filipe diz que vai consultar o jurídico da Seas para ficar mais respaldado. A Coordenadora do Fecam diz que segue o art. 263 da Constituição Estadual. A Conselheira responde que como Conselheira do Fecam tem responsabilidade com a alocação do recurso do Fecam. O Fundo é de compensação ambiental, mas a questão de gastar o recurso do Fecam para pagamento de indenização de realocação não seria o uso nobre do recurso. A Conselheira diz que gostaria de ter o suporte jurídico e já adianta o seu voto que não votaria a favor do projeto. O Sr. Filipe diz que acha importante que todos os Conselheiros fiquem tecnicamente embasados nos seus votos e que respeita a posição da Conselheira. O Conselheiro da Sectram tem uma dúvida quanto a outros projetos da Dirram com relação, por exemplo, à Marilândia se está incluso o trabalho social. O Gerente responde que só obra o projeto. O Conselheiro diz que muitos projetos da Dirram têm desapropriações. E se o trabalho social não estivesse no projeto deveriam ter colocado no projeto, e em outros projetos no foi citado o trabalho social. O Sr. Filipe diz que a sua opinião em relação à Conselheira Andrea é que a recuperação ambiental faz parte de ter que indenizar as pessoas, não se pode pensar só na aplicação do recurso para recuperar a obra já que as obras são para as pessoas. O Sr. Filipe continua explicando que também seria nobre a aplicação do recurso do Fecam para indenização. Mas diz que vai consultar o Jurídico sobre o pedido da Conselheira Andrea. A Conselheira do Inea diz que todos os projetos de indenização foram analisados pelo jurídico, com utilização dos recursos do Fecam e em nenhum momento foi apontada vedação da utilização desses recursos para indenização. E é fundamental que o serviço social caminhe junte as obras porque se não realocar não tem como prosseguir com a obra. O Conselheiro da Secretaria de Transportes explica que a maioria das obras de canalização parte do princípio que toda FMP tanto a margem direita ou esquerda tem que devolver essa área que deveria ser preservada e que hoje estão invadidas, então quando se entra com a canalização tem que dar um outro local mais digno de moradia para a população. E não se consegue executar a obra se não tiver um trabalho social. A Conselheira Andrea concorda que o trabalho social e a realocação da comunidade são fundamentais para o desempenho do projeto. A única questão que a Firjan questiona é o por que o recurso não sair do caixa do Estado e sair do Fecam. A Conselheira do Inea diz que o item XXV do art. 263 da Constituição - § 3º – Os programas e projetos ambientais a que se refere o “caput” deste artigo incluem, **entre outros**, os seguintes: XXV - programas de relocalização (quando couber) de populações que ocupem áreas de preservação

ambiental, incluindo habitação digna e reinstalação. Então neste item já está prevista a indenização ou a construção de locais para essa população que está ocupando essas áreas. A Conselheira Andrea solicita o encaminhamento do parecer jurídica e agradece. O Conselheiro da Seplag complementa dizendo que o parecer jurídico vai dar conforto para todos os Conselheiros para prosseguir com essa questão. O Sr. Filipe diz que o que está sendo apresentado, que a Conselheira do Inea leu, é a própria previsão na Constituição sobre a possibilidade de aplicação desse recurso. A Conselheira diz que pode se fazer o parecer sobre a base legal que seja avaliada pela Seas. O Sr. Filipe informa que a proposta então é de aprovação do projeto desde que haja por parte da assessoria jurídica do órgão, sobre a viabilidade jurídica de se pagar a indenização, e pergunta aos Conselheiros se todos concordam. A Conselheira Andrea diz que se abstêm de votar e que só votaria com o parecer jurídico. O Conselheira da Seplag diz que o parecer daria conforto para a votação. O Sr. Filipe propõe o encaminhamento da solicitação para parecer jurídico e apresentação na próxima reunião. O Conselheiro da Seplag segue a sugestão do parecer na próxima reunião. A Conselheira do Inea sugere a presença do assessor jurídico para esclarecimento da questão. A Conselheira Andrea diz que é melhor deixar esta votação para a próxima reunião quando estão tiver o parecer jurídico. O Sr. Filipe concorda e retira o projeto desta pauta e encaminhamento para a próxima reunião. Passa para o próximo item da pauta - **Item 2.10 - Proponente: SUBINFRA/SEAS - Projeto "Controle de Inundações e Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Iguaçu-Botas e Sarapui" – Valor R$ 736.881.667,45 – Prazo 18 meses – Processo: SEI-070026/002304/2023.** Passa a palavra para o Sr. Ricardo da Subinfra que inicia a apresentação explicando que o projeto está dando continuidade ao projeto Iguaçu. O objeto é contratar empresa especializada para prestação de serviço técnicos para elaboração de projetos básico e executivo e execução das obras de controle de inundações e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu-Botas e Sarapuí. As bacias dos rios Iguaçu-Botas e Sarapuí abrigam integralmente os municípios de Belford Roxo e Mesquita e parte dos municípios do Rio de Janeiro, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Duque de Caxias todos pertencentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A bacia é limitada ao norte com a bacia do Rio Paraíba do Sul, ao sul com a bacia dos rios Pavuna/Meriti, a leste com a bacia dos rios Saracuruna e Inhomirim/Estrela e a oeste com a bacia do rio Guandu e outros afluentes da baía de Sepetiba. O Sr. Ricardo mostra a localização geográfica de todas as intervenções que se pretende executar. A Baixada Fluminense tem sido objeto de intervenções frequentes com o intuito de controlar ou mitigar os efeitos das cheias recorrentes dos rios Iguaçu e Sarapui, que se intensificaram depois de fevereiro de 1988, quando uma cheia excepcional deixou um rastro de destruição, mortes e doenças na Baixada Fluminense. A área de interesse deste projeto encontra-se urbanizada, antropizada e possui uma função ecológica debilitada, com registros de uma contínua ocupação irregular das áreas, pôlderes e das áreas ribeirinhas, afora o assoreamento dos mananciais. O município do Rio de Janeiro enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e desigualdade social e problemas ambientais; Nova Iguaçu enfrente desafios relacionados à expansão urbana desordenada, serviços públicos e questões ambientais; Duque de Caxias é conhecido pela presença de indústrias, e enfrente desafios de infraestrutura, mobilidade urbana e problemas ambientais; Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti são municípios vizinhos com desafios semelhantes em termo de urbanização, infraestrutura, acesso a serviços públicos e questões relacionadas à qualidade da água e ao meio ambiente. A ineficiência da macrodrenagem é confirmada a partir de eventos rotineiros, mesmo sem haver precipitações intensas. Os alagamentos são frequentes, o odor advindo de resíduos sólidos e esgoto sanitário, que são lançados in natura impactando todos os canais de macrodrenagem. Este ambiente acaba sendo favorável ao surgimento de doenças relacionadas ao saneamento básico inadequado. O objetivo geral é contratar empresa especializada para prestação de serviços técnicos para elaboração de projetos básicos e executivos e execução de obras, visando amortecer os picos de cheias na região e atenuar as

inundações na Baixada Fluminense. Os objetivos específicos são: melhorar a macrodrenagem dos rios Botas, Iguaçu e Sarapuí, reduzindo os alagamentos; garantir melhorias e bem-estar dos usuários locais, a partir de novos equipamentos urbanos; beneficiar direta e indiretamente a população que sofre com os transtornos causados pelas enchentes; proteger a infraestrutura urbana e edificações residenciais e comerciais evitando perdas sociais e materiais; reduzir a incidência de doenças de veiculação hídrica relacionadas às enchentes e ao contato direto com águas poluídas; e valorizar o meio ambiente. As metas são: projetos básicos; projetos executivos; execução de obras; e as built. As atividades previstas estão divididas em dois eixos: Eixo 1 – Rio Iguaçu-Botas; Eixo 2 – Rio Sarapuí. Mostra um mapa sobre todas as intervenções. Os resultados esperados são o controle de inundações e recuperação ambiental dos rios Iguaçu/Sarapuí; transformação da realidade da comunidade do entorno; recuperação e restauração da função ecológica do corpo hídrico; proteção das margens dos corpos hídricos para integrar questões ambientais e sociais. A Baixada Fluminense tem sido objeto de intervenções frequentes com intuito de controlar ou mitigar os efeitos das cheias recorrentes. Desde a década de 1930 através do extinto DNOS tiveram início obras de construção d diques, canais, estações de bombeamento de drenagem, implantação de comportas de controle, para fins de proteção de pastos e plantações. Novas intervenções, como o Programa Reconstruções Rio, em obras de infraestrutura de macrodrenagem, foram realizadas no biênio de 1994-1995 no valor de 150 milhões de dólares, financiadas pelo Banco Mundial e CAIXA, motivadas por uma cheia excepcional ocorrida em fevereiro e 1988 que deixou um rastro de destruição, mortes e doenças na Baixada Fluminense. O projeto de urbanização tem como objetivo requalificar a paisagem e os espaços urbanos públicos promovendo melhoria na demanda de cultura, lazer da população, que inibirão a ocupação desordenada das áreas remanescentes que contribuem com a retenção das águas pluviais. A área de interesse se encontra urbanizada e densamente antropizada, possuindo uma função ecológica debilitada e dotá-la de vegetação e espaços livres de impermeabilização por edificações, garantiria a permanência e melhora da área, propiciando qualidade estética, funcional e ambiental da região. Este projeto as intervenções propostas são soluções baseadas na natureza, ações inspiradas e apoiadas na natureza que proporcionam benefícios ambientais, sociais e econômicos, ajudando a construir resiliência para enfrentar os desafios relacionados a mudanças climáticas, disponibilidade de recursos, qualidade ambiental e questões socioeconômicas em escalas diferente e interconectadas, justificando a contratação dos serviços propostos. O prazo de execução é de 48 meses e o valor total do projeto é de R$ 736.881.667,45. O Sr. Filipe parabeniza pela apresentação e abre para discussão do projeto. A Conselheira Andrea parabeniza pelo projeto por incluir a vertente SBN, é fundamental estar fazendo essa composição mista de infraestrutura cinza com infraestrutura verde, alguns projetos na indústria já usam a SBN para tratamento de efluentes, com o exemplo de Niterói que está usando SBN para despoluição da Lagoa de Piratininga. Parabeniza pela iniciativa, conclui a Conselheira. O Conselheiro da Seplag pede a palavra para falar sobre o uso da SBN que a Conselheira Andrea enfatizou, a Subinfra está de parabéns e diz que tem uma preocupação grande ao recurso que está sendo solicitado, ao valor do projeto, a ordem de grandeza é de 700 milhões e como comparativo este valor foi o orçamento do Fecam para este ano e no ano que vem está previsto 860 milhões. A dúvida do Conselheiro embora seja Seplag está não é a área de seu conhecimento, mas é um momento para reflexão dos Conselheiros e do Fecam e o controle do que aprovado neste Conselho, o que vai ser contratado, quando o orçamento será executado, sob pena dos Conselheiros estar liberando ou consentindo recursos e não ter esses recursos efetivamente no momento da execução. O Conselheiro propõe nesta reunião que se faça uma conversa entre a Seplag e a equipe de orçamento do Fecam/Seas, para saber se o encaminho está correto nessa gestão e o que pode melhorar nos controles e se ter essa informação. Porque vem sem aprovando projetos num ritmo bastante forte este ano, é uma mudança na gestão do Fundo que tinha um histórico de não utilizar os recursos que estavam disponíveis. E

se em algum momento vai se virar essa chave de mais projetos do que recursos e um projeto nessa ordem de grandeza chama muito a atenção. A sua fala chama atenção para o que falaríamos no final desta reunião, diz o Sr. Filipe. Quanto a questão do orçamento do projeto que é previsto para durar quatro anos, na ordem de 184 milhões por ano, sendo que se tem dois grandes projetos na Seas, o primeiro foi iniciado na gestão iniciado na gestão do Secretário Tiago Pampolha, que acaba de ser entregue que é o Tronco Coletor de Manguinhos e o segundo junto com essa obra que foi entregue, obras do tronco coletor Farias Timbó num total de 120 milhões/ano. E mais o recurso que a Seas tem, o Sr. Filipe diz estar confortável como ordenador de despesa com a questão fiscal deste projeto, inclusive para o ano que vem. E sobre a colocação do balanço dos projetos, que a Coordenadora do Fecam falasse a respeito, porque tem a proposta a esse respeito. A Coordenadora fala sobre o contato com a Seplag. O setor do Inea que trata da elaboração anual do orçamento faz reuniões com a Seplag, e a proposta do Inea, da Seas, a previsão desses projetos está na proposta orçamentária do próximo ano. O Conselheiro responde que falta o link do que é aprovado e o acompanhamento da execução dos projetos, porque só na reunião de hoje está sendo aprovado mais de 1,5 bilhão de reais, e apesar dos diferente prazos de execução, mas falta a visão do todo, o que está em execução, o que tem de previsão de recursos, o que se tem de espaço para admitir novos projetos e se pode trabalhar junto para esse aprimoramento. A Coordenadora do Fecam diz que está esperando um parecer jurídico sobre os novos órgãos que participam deste Conselho, sobre o a nova lei do Fecam que trata sobre os novos representantes neste Conselho, em que fala da Secretaria de Infraestrutura e Cidades e hoje são duas Secretaria de Infraestrutura e Secretaria das Cidades, e foi solicitado um parecer ao jurídico se entendia que a participação da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas neste Conselho é devida ou não. Então está se aguardando o parecer jurídico sobre a participação da Secretaria de Infraestrutura e convidá-los para fazer parte deste Conselho e aí fazer uma reunião só dos Conselheiros para apresentar o que foi executado, porque o processo de licitação é demorado, e quanto de recurso foi empenhado, liquidado e pago. O Conselheiro da Seplag diz que é exatamente isso, que gostaria de saber o que está sendo executado, a posição. O Sr. Filipe concorda em fazer as reuniões internas será importante, como estabelecer as reuniões periódicas para que o Conselho tenha visibilidade das ações que estão sendo deliberadas no Conselho. O Conselheiro Edimilson apresenta uma dúvida em relação ao que o Conselheiro Raphael está falando é importante rever, porque esses projetos que estão sendo aprovados não têm certeza se o valor orçado é o que realmente será contratado. A Conselheira Andrea diz que o que o Conselheiro Raphael é fundamental e já existe necessidade de acompanhar os projetos que foram aprovados neste Conselho e a Conselheira sugere dentre os projetos de informatização , de transparência do Inea que têm evoluídos bastante, se não se poderia em nome da transparência criar, incluir dentro desses projetos de informatização e de plataformas que o Inea vem trabalhando, uma grande plataforma que se pudesse acessar os projetos aprovados pelo Fecam e poder clicar dentro de um projeto e saber qual o percentual de execução daquele projeto, para se ter mais transparência e acompanhamento por parte dos Conselheiros do nível de execução dos projetos que são aprovados no Conselho. Isso vai dar mais segurança para os Conselheiros quando forem aprovar os projetos, porque vai ser visto como está sendo executado cada um, quais estão tendo mais dificuldades de execução, o que poderia ser melhorado. Porque todos querem utilizar os recursos do Fecam para a melhoria da qualidade ambiental do ERJ. O que poderia ser feito para melhorar, para ser mais eficiente no uso desse recurso. A minha sugestão seria um painel, e clicar nos projetos e ver o andamento de cada um deles. É o desejo de todos dizem os Conselheiros. O Sr. Filipe coloca o projeto em aprovação que é aprovado por todos os Conselheiros. Continuando, nas considerações finais e declarar muito bem-vindo os novos Conselheiros e marcar essa reunião interna do Conselho e agradecer a presença de todos.

DEISE DE OLIVEIRA DELFINO
Representa Suplente do Inea

ANDREA LOPES
Representante Suplente da FIRJAN

RAPHAEL GONÇALVES DE CARVALHO
Representante Titular da SEPLAG

EDIMILSON DA SILVA BARBOSA
Representante Suplente da Secretaria das Cidades

JOÃO CARLOS GRILO CARLETTI
Representante Titular da Secretaria de Transportes e Mobilidade

MARCO ANTONIO RODRIGO SIMÕES
Representante Titular da Secretaria de Estado da Casa Civil